



EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS
Rua Dr. Salles Oliveira, 1028 - Bairro Vila Industrial - CEP 13035-270 - Campinas - SP
EMDEC-PR/EMDEC-DF/EMDEC-DF-DFC/EMDEC-DF-DFC-DFCL

CONTRATO

Campinas, 02 de abril de 2025.

CONTRATO n°	010/2025
PREGÃO n°	005/2025
PROTOCOLO SEI:	EMDEC.2024.00005703-73
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
FORMA DE FORNECIMENTO	INTEGRAL
VIGÊNCIA	06 (SEIS) MESES
VALOR TOTAL	R\$ 130.283,40 (cento e trinta mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta centavos)

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A, com sede na Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028 – Vila Industrial – Campinas/SP – CEP 13035-270, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.602.720/0001-00 representada neste ato por seus representantes legais, doravante designada simplesmente EMDEC, e de outro lado, **CENTRO NORTE SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA**, com sede à Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 525, Tupã/SP – CEP 17.626-899 (caixa Postal 105), devidamente inscrita no CNPJ sob nº **09.525.549/0001-74**, neste ato representada por seus representantes legais, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em consonância com a Lei Federal nº 13.303/2016, Decretos Municipais nº 14.218/03 e nº 14.602/04, Regulamento de Licitações e Contratos da EMDEC e demais normas complementares e disposições deste instrumento, consoante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente fornecimento de gradil para pedestre **Lotes 01 e 02**, obedecendo as especificações descritas nos itens do **Anexo I – Termo de Referência**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A vigência do presente Contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, respeitadas as determinações do Art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 com suas alterações.

2.2. As condições de execução do ajuste, inclusive as obrigações das partes, são as especificadas neste Contrato e nas constantes do **Anexo I – Termo de Referência** do Edital que o precedeu e que deste faz parte integrante.

2.3. Para a contagem dos prazos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na EMDEC.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ 97.879,68 (noventa e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos)** para o **Lote 01** e no valor de **R\$ 32.403,72 (trinta e dois mil, quatrocentos e três reais e setenta e dois centavos)** para o **Lote 02**, conforme proposta da CONTRATADA que é parte integrante deste.

3.2. Nos preços propostos acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, assim como tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto, correndo por conta e risco da CONTRATADA.

3.3. O reajuste de preços, devido somente após 12 (doze) meses da data do início da vigência do contrato e a cada novo período anual, deverá ser **solicitado por escrito** pela CONTRATADA e será calculado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, ocorrida no período de 12 (doze) meses, contados a partir da data base da proposta, como segue:

$$P = P_0 \times (I / I_0)$$

Onde:

P = preços reajustados;

P₀ = preços iniciais dos serviços constantes do contrato;

I = Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE) correspondente ao décimo segundo mês da data da proposta, e assim sucessivamente de doze em doze meses.

I₀ = Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE) correspondente ao mês da data da proposta.

3.3.1. Caso o IPC-FIPE da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE sofra alterações sendo descontinuado ou suspenso, será aplicado o índice indicado em substituição, mediante acordo entre as partes deste Contrato.

3.3.2 Quando pleiteado após o interstício de 01 (um) ano de vigência do contrato, sua aplicação terá termo inicial a partir da data de protocolo da solicitação de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal.

4.2. A empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em Reais.

4.3. Da Fatura / Nota Fiscal deve necessariamente constar:

a) Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A.

Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028 – Vila Industrial – Campinas/SP.

CNPJ: 44.602.720/0001-00 Inscrição Estadual: 244.109.463.110

- b) Indicação dos produtos, quantidades, valores unitários e totais;
- c) Protocolo nº EMDEC.2024.00005703-73
- d) Contrato nº 010/2025.

A Nota Fiscal não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros.

Não será aceito boleto bancário.

4.4. A EMDEC terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

4.4.1. A(s) fatura(s) não aprovadas pela EMDEC será(ão) devolvida(s) à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para a sua reapresentação.

4.4.2. A devolução da fatura não aprovada pela EMDEC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento.

4.4.3. A(s) fatura(s) aprovada(s) será(ão) paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela EMDEC.

4.5. Caso se aplique, será retido do pagamento à Contratada, a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

4.7. Como liberalidade, a EMDEC poderá efetuar crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, desde que esta assumira eventuais custos decorrentes desse crédito.

4.8. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMDEC a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

4.9. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE ENTREGA

5.1. Conforme item 5 do Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes do **ANEXO I – Termo de Referência do Edital que é parte integrante deste contrato.**

6.2. Indicar preposto para acompanhamento dos termos e fiel execução do contrato.

6.3. Cumprir o prazo previsto para as entregas, conforme item 5 do Anexo I – Termo de Referência;

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA EMDEC

7.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

7.2. Indicar preposto para acompanhamento dos termos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inobservância das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas neste Contrato e seus anexos, a EMDEC poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMDEC, nos termos do inciso III do artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016;

9.3. A penalidade não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

9.4. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos:

9.4.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento), aplicado ao valor total atualizado do contrato, multiplicado pelo número de dias de atraso no fornecimento, até o décimo dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no subitem 9.4.2;

9.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial do objeto do contrato de natureza média;

9.4.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial ou total do objeto do contrato, pelo seu não recebimento, ou por qualquer outro inadimplemento contratual de natureza grave, sem justificativa, ou com justificativa não aceita pela EMDEC.

9.5. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para recorrer da penalidade aplicada, de acordo com o disposto no artigo 83 §1º da Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações.

9.5.1. Se indeferido o recurso, a CONTRATADA deverá recolher o valor da multa aplicada na Tesouraria da EMDEC, no prazo de até 05 (cinco) dias, após comunicada do resultado.

9.5.2. Caso não sejam recolhidos no prazo os valores devidos pela CONTRATADA relativos às multas, os mesmos serão descontados dos pagamentos, e/ou serão tomadas as providências judiciais cabíveis.

9.5.3. Em caso de existência de garantia apresentada pela CONTRATADA, se a multa aplicada for superior ao valor desta, além da sua perda, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMDEC ou cobrada judicialmente.

9.5.4. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

9.7. As penalidades serão aplicadas mediante regular procedimento administrativo, com exceção da advertência que poderá ser aplicada nos autos do PALC – Processo Administrativo de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL

10.1. A fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA deve ser comunicada à EMDEC que promoverá análise documental da reorganização empresarial.

10.2. Inexistindo prejuízo ao interesse público será lavrado se necessário Termo Aditivo para as adequações decorrentes dessa operação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a EMDEC a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à EMDEC;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) razões de interesse da EMDEC, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias 02 (dois) meses dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- o) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- p) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- q) descumprimento da proibição de trabalho no turno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a EMDEC;
- c) judicial;

11.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere a alínea 'a' do item 11.4, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

11.6. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item 11.5. será de 90 (noventa) dias.

11.7. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) devolução de garantia (quando houver);
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

11.8. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Diretor Presidente da EMDEC.

11.9. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

11.10. Na hipótese do parágrafo anterior, a EMDEC pode conceder prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

11.11. A rescisão de que trata a alínea 'a' do item 11.4. acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da EMDEC;
- b) execução da garantia contratual (quando houver), para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela EMDEC;
- c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à EMDEC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS:

12.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da EMDEC para a justa remuneração dos fornecimentos, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

12.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

12.3. Na hipótese da contratada solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

12.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro.

12.5. Fica facultado a EMDEC realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela contratada.

12.6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da EMDEC, porém contemplará os fornecimentos realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da EMDEC.

12.6.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a execução dos fornecimentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12.6.2. A contratada deverá, quando autorizada a revisão dos preços e lavrado o Termo Aditivo com os preços revisados, emitir Nota Fiscal complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PREVISÃO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

13.1. Para a presente contratação há previsão de recursos orçamentários que custearão as despesas decorrentes deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Os termos deste Contrato vinculam-se aos termos do Edital, seus Anexos e da Proposta Comercial apresentada pela Contratada.

14.2. Aplica-se a este Contrato e principalmente aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 13.303/2016, Decretos Municipais nº 14.218/03 e nº 14.602/04.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados e pelas partes anuentes.

15.2. Cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste Acordo um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

15.3. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambos os Partícipes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Acordo e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

(I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e

(II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

15.4. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Acordo, sem prejuízo da cobrança da reparação de danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

16.1. Integra o presente Contrato, o **Anexo I – Termo de Referência** e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, e vinculam-se ainda aos termos deste, para todos os efeitos legais, os termos e demais Anexos do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2. Sempre que a EMDEC exigir documentação comprobatória dessas condições a CONTRATADA deverá atender.

17.3. A não manutenção das condições de habilitação pelo contratado pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.4. Na hipótese do item acima, a EMDEC pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. O presente contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes nos termos do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

18.2. É dispensada a celebração de termo aditivo registrando-se por simples apostila os seguintes casos:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

18.3. Salvo na hipótese prevista no artigo anterior, em qualquer hipótese de alteração contratual deverá ser celebrado termo aditivo ao contrato.

18.3.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos será efetuada no site da EMDEC e, facultativamente, no Diário Oficial do Município de Campinas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. As partes elegem, desde já, explicitamente, o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões que eventualmente venham a surgir por força do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes por seus representantes legais, assinam o presente Contrato para um só e jurídico efeito.

Campinas,

Ricardo Ferraro Geciauskas
Diretor Administrativo e Financeiro

Vinicius Issa Lima Riverete
Diretor Presidente - EMDEC S/A

Marcia Idalina Reinato Ferrão
Centro Norte Sinalização Viária Comercial e Serviços LTDA

TESTEMUNHAS:

Flavia Aparecida Oliveira Ribeiro
Assistente Administrativo

Ludmyla E. N. Vota
Assistente Administrativo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de gradil para pedestre, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

2. NATUREZA DO OBJETO

O objeto deste Termo de Referência é de natureza indivisível, não contínuo e comum.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO (comprimento)	QUANTIDADE METRO LIENAR TOTAL	METRO LINEAR POR PEÇA	QUANTIDADE DE PEÇAS	CÓDIGO EMDEC
01	<u>GRADIL PARA PEDESTRE</u> <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	I – 700mm	31,5	0,7	45	N/C
02	<u>GRADIL PARA PEDESTRE</u> <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	II – 1650mm	222,75	1,65	135	N/C

03	GRADIL PARA PEDESTRE <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	III – 2850mm	96,9	2,85	34	N/C
TOTAL			351,15	-	214	-

LOTE 02 – RESERVADO A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE *						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO (comprimento)	QUANTIDADE METRO LIENAR TOTAL	METRO LINEAR POR PEÇA	QUANTIDADE DE PEÇAS	CÓDIGO EMDEC
01	GRADIL PARA PEDESTRE <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	I – 700mm	10,5	0,7	15	N/C
02	GRADIL PARA PEDESTRE <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	II – 1650mm	74,25	1,65	45	N/C
03	GRADIL PARA PEDESTRE <i>Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1.</i>	III – 2850mm	31,35	2,85	11	N/C
TOTAL			116,1	-	71	-

* Considerando os termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, o qual estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, deverá ser reservado o Lote 02 às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.1. Segue abaixo as especificações técnicas exigíveis para o fornecimento de gradil rígido modular (itens 01, 02 e 03).

3.1.1. DEFINIÇÃO: Dispositivo de canalização composto por duas peças (estrutura tubular e tela com moldura) fixadas uma à outra através de parafusos anti-roubo galvanizados, utilizado com a finalidade de oferecer maior segurança aos pedestres, orientando-os ou canalizando-os às travessias seguras.

3.1.2. REQUISITOS GERAIS

3.1.2.1. As peças não deverão apresentar trincas, fissuras, rebarbas ou bordas cortantes.

3.1.2.2. Os acessórios constituídos por parafusos, porcas e arruelas de pressão deverão ser fornecidos em quantidades correspondentes aos números de furos existentes na estrutura tubular.

3.1.2.3. O revestimento de zinco deverá apresentar aparência uniforme, isenta de manchas escuras ou de ácidos, bolhas, escórias (borras), manchas de fundente (fluxantes), corrosão branca etc.

3.1.2.4. O transporte e armazenamento de todas as peças constituintes do gradil deverão ser efetuados de modo a não provocarem danos ao revestimento.

3.1.2.5. Os ensaios de qualidade de material e revestimento serão efetuados nas peças que constituem o gradil, após a fabricação dos mesmos.

3.1.2.6. Os parafusos, porcas e arruelas deverão ser embalados separadamente em recipiente adequado.

3.1.2.7. Os materiais (estrutura tubular e tela com moldura) deverão ser apresentados em forma de amarrados.

3.1.2.8. Cada embalagem (amarrado, caixa, etc.) de material deverá possuir uma etiqueta com as seguintes informações:

- a) identificação do fabricante
- b) identificação do produto
- c) número do lote de fabricação
- d) data da fabricação
- e) quantidade de peças

3.1.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS

3.1.3.1. Material

3.1.3.1.1. Estrutura tubular, confeccionada com chapa aço carbono com costura, conforme NBR - 6591.

3.1.3.1.1.1. **Composição química:** a composição química do material deverá satisfazer ao especificado na tabela abaixo:

Designação	Mínimo (%)	Máximo (%)
Teor de carbono	0,08	0,23
Teor de Fósforo	-	0,04
Teor de Enxofre	-	0,05
Teor de Manganês	0,30	0,90
Teor de Silício	-	0,10

3.1.3.1.1.2. Propriedades mecânicas

- a) limite de escoamento mínimo 180 MPa
- b) limite de resistência à tração mínimo 320 MPa

c) alongamento mínimo em 50 mm 23 %

d) achatamento: as peças quando submetidas aos ensaios de achatamento não deverão apresentar fissuras nas superfícies internas ou externas dos tubos. Além disso, não devem aparecer evidências de esfolhamento, falta de solidez ou defeitos de solda no decorrer de todo o ensaio.

3.1.3.1.2. Tela

3.1.3.1.2.1. Será confeccionada com fios de aço carbono comercial com diâmetro de 5 mm.

3.1.3.1.3. Moldura da tela

3.1.3.1.3.1. Será confeccionada com perfil "U" (tipo baguete) de aço carbono comercial, 12,7 x 12,7 x 12,7 mm e espessura 1,5 mm.

3.1.3.1.4. Parafuso

3.1.3.1.4.1. O parafuso a ser utilizado na fixação das peças constituintes do gradil deverá ser do tipo anti-roubo, em aço galvanizado, de 1 1/4" x 3/8".

3.1.3.2. Dimensões e formato

3.1.3.2.1. As formas, dimensões e demais características das peças encontram-se detalhadas na Figura I do item 3.1.6.

3.1.3.2.2. A espessura da parede do tubo para confecção da estrutura tubular deverá ser de 3,75 mm.

3.1.3.2.3. Os módulos terão os seguintes comprimentos: tipo I - 700 mm, tipo II - 1650 mm e tipo III - 2850 mm, conforme tabela do item 3.

3.1.3.2.4. Os furos previstos para fixar as peças deverão ser para parafusos de 1 1/4" x 3/8".

3.1.3.3. Revestimento

3.1.3.3.1. Para proteção contra a corrosão, as peças deverão ser submetidas a galvanização à quente, após as operações de furação e soldagem.

3.1.3.3.2. A zincagem deverá proporcionar uma massa de zinco mínima de 350 g/m², com espessura mínima de 50 micras, em cada face revestida.

3.1.3.3.3. O revestimento de zinco deverá ter uniformidade de camada. No ensaio de "Preece" as partes lisas deverão suportar no mínimo 6 (seis) imersões, e as arestas vivas deverão suportar 4 (quatro) imersões, sem apresentarem sinais de depósito de cobre.

3.1.3.3.4. A galvanização não deverá separar-se do metal base quando submetido ao ensaio de aderência pelo método de dobramento.

3.1.4. INSPEÇÃO

3.1.4.1. Amostragem

3.1.4.2. Ensaios

3.1.4.2.1. Composição química

3.1.4.2.1.1. Deverão ser efetuados ensaios para determinação da composição química do material conforme os métodos brasileiros e os resultados deverão satisfazer ao especificado.

3.1.4.2.2. Propriedades Mecânicas

3.1.4.2.2.1. Deverão ser efetuados ensaios de acordo com a NBR - 6892 e NBR - 6154, para determinação das propriedades mecânicas das peças e os resultados deverão satisfazer ao especificado.

3.1.4.2.3. Revestimento

3.1.4.2.3.1. As peças deverão ser ensaiadas em laboratório de acordo com as seguintes normas:

- a) peso da camada de zinco: ensaios de acordo com a NBR - 7397.
- b) aderência da camada de zinco: ensaios de acordo com a NBR - 7398 - Método do dobramento.
- c) uniformidade da camada de zinco: ensaios de acordo com a NBR - 7400.
- d) espessura da camada de zinco: ensaios de acordo com a NBR - 7399.

Os valores obtidos deverão satisfazer ao especificado.

3.1.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- NBR - 6892 - Materiais metálicos - Ensaio de tração;
- NBR - 6154 - Tubos de aço de seção circular ensaio de achatamento - método de ensaio;
- NBR - 6591 - Tubos de aço carbono com costura de seção circular, quadrada, retangular e especiais para fins industriais – especificação;
- NBR - 7397 - Produto de aço ou ferro fundido - Verificação do revestimento de zinco - Determinação da massa por unidade de área - método de ensaio;
- NBR - 7398 - Produto de aço ou ferro fundido - Verificação do revestimento de zinco - Verificação da aderência - método de ensaio;
- NBR - 7399 - Produto de aço ou ferro fundido - Verificação do revestimento de zinco - Verificação da espessura do revestimento por processo não destrutivo - método de ensaio;
- NBR - 7400 - Produto de aço ou ferro fundido - Verificação do revestimento de zinco - Verificação da uniformidade do revestimento - método de ensaio.

3.1.6. IMAGEM DE REFERÊNCIA

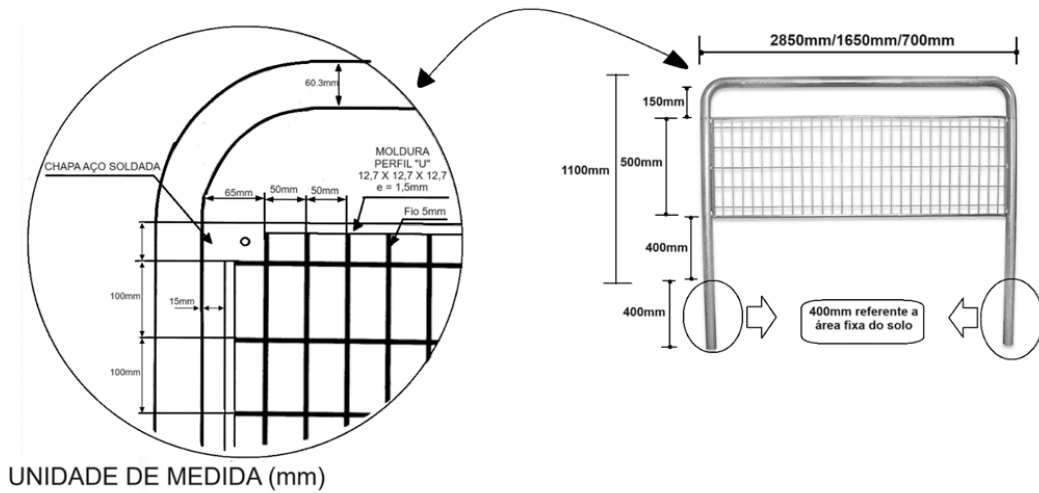


Figura I

4. GARANTIA

- 4.1. O objeto deverá ter prazo de garantia mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- 4.2. Todo objeto entregue em substituição àquele defeituoso terá sua garantia contada a partir da data do novo recebimento definitivo.
- 4.3. O prazo para substituição de objeto defeituoso será de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, sendo que o novo objeto poderá ser de modelo e marca diferentes, desde que atenda às especificações deste Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

- 5.1. A CONTRATADA tem até 90 (noventa) dias corridos, contados do início da vigência do Contrato, para realizar a entrega do objeto.
- 5.2. A CONTRATADA deverá agendar a entrega do objeto com antecedência mínima de 02 (dois) dias com o Almojarifado da EMDEC através dos telefones (19) 3772-4064 ou 3772-4055 ou pelo e-mail almoxarifado@emdec.com.br, devendo também informar o Sr. Robson através do telefone (19) 3772-4085 ou pelo e-mail robson.marciotto@emdec.com.br.
- 5.3. O objeto deverá ser entregue no endereço Rua Dr. Salles Oliveira nº 1.028 - Vila Industrial - Campinas/SP, ou outro local a ser definido pela Administração, dentro do município de Campinas.
- 5.4. A entrega deverá ser efetuada no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda à sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), salvo se outro dia e horário for mais conveniente para a EMDEC.
- 5.5. A CONTRATADA é responsável por descarregar o objeto até o depósito da EMDEC, onde, se necessário ajudante, deverá ser providenciado, às custas da CONTRATADA.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 6.1. Recebido o objeto, este estará sujeito a conferência de adequação às especificações deste Termo de Referência por um colaborador da EMDEC, que terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para sua aprovação ou rejeição.
- 6.2. O descumprimento relativo ao descrito neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento do objeto, onde a EMDEC registrará formalmente para a CONTRATADA, através de e-mail, a motivação da não conformidade, para que assim seja providenciada correção.
 - 6.2.1. A rejeição do objeto, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento, devendo esta sanar as impropriedades e entregar à EMDEC o objeto em perfeitas condições em até 02 (dois) dias úteis da rejeição formalizada pela EMDEC.

7. RESPONSÁVEL POR INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Nome: Robson Buzois Marciotto
Telefone: (19) 3772-4085
E-mail: robson.marciotto@emdec.com.br
Dias e horários: de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

8. PROPOSTA

- 8.1. A proposta deverá ser elaborada conforme ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO.
- 8.2. Os preços cotados devem ser equivalentes aos praticados no mercado.
- 8.3. Não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título.
- 8.4. A validade da proposta não poderá ter prazo inferior a 90 (noventa) dias corridos.
- 8.5. A proposta deverá apresentar o valor global para a execução do Contrato, incluídos todos os impostos, taxas, tributos, fretes, mão de obra, despesas salariais, encargos sociais, fiscais, comerciais, de transporte, prêmios de seguros e de acidente de trabalho e emolumentos decorrentes do fornecimento do produto, excluindo a EMDEC de qualquer solidariedade.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Cumprir fielmente o objeto do Contrato, realizando o fornecimento conforme os preços, prazos e condições estipuladas na proposta aceita pela EMDEC.
- 9.2. Entregar objeto de boa qualidade, de acordo com o previsto nas especificações.

9.3. Fornecer número de telefone e e-mail através dos quais possa ser contatada durante o horário de expediente comercial, nomeando um contato responsável (preposto) para que a EMDEC realize as tratativas que couber durante a vigência contratual.

9.4. Arcar com a totalidade do ônus para substituição do objeto caso seja necessário, conforme critérios expostos neste Termo de Referência, bem como arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração relacionada ao fornecimento do objeto do Contrato.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados e/ou prepostos.

9.6. A CONTRATADA tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos neste Termo de Referência, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 69, inc. IX, da Lei Federal nº 13.303/16.

9.7. Cumprir diretamente o Contrato, ficando expressamente vedada a subcontratação de outra empresa para esse fim.

10. OBRIGAÇÕES DA EMDEC

10.1. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pertinentes ao objeto do Contrato.

10.2. Realizar a avaliação do objeto, verificando se estão de acordo com as descrições deste Termo de Referência.

10.3. Rejeitar, no todo ou em partes, o objeto entregue em desacordo com o especificado.

10.4. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar a entrega do objeto dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Encaminhar a liberação de pagamento das Nota Fiscais/Faturas aprovadas.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A EMDEC designará um funcionário que atuará como fiscal para o acompanhamento da execução contratual, tendo a função de assegurar o fiel cumprimento do Contrato, especialmente quanto à aplicação das penalidades cabíveis.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aceite da Nota Fiscal/Fatura, através de depósito bancário.

12.2. A empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em reais.

12.3. Na Nota Fiscal/Fatura deve constar:

- Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A. Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028 – Vila Industrial – Campinas/SP. CNPJ: 44.602.720/0001-00 Inscrição Estadual: 244.109.463.110
- Indicação do objeto contratual, incluindo quantidades, valores unitários e valores totais.
- Protocolo SEI nº EMDEC.2024.00005703-73.
- Contrato nº ____/____.
- Dados da agência bancária e conta corrente para o referido depósito bancário.

12.4. A Nota Fiscal/Fatura não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros e não será aceite boleto bancário.

12.5. A EMDEC terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

12.6. A Nota Fiscal/Fatura não aprovada pela EMDEC será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

12.7. A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada pela EMDEC não deverá ser motivo para a suspensão da entrega do objeto pela CONTRATADA.

12.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

12.9. Caso se aplique, será retido do pagamento à CONTRATADA a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. A vigência será de 06 (seis) meses contados a partir do dia útil subsequente da assinatura de ambas as partes no CONTRATO.

14. PENALIDADES

14.1. Pela inobservância das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas neste no Termo de Referência, a EMDEC poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMDEC, nos termos do inciso III do artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

14.2. A penalidade não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

14.3. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos:

14.3.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento), aplicado ao valor total atualizado do Contrato, multiplicado pelo número de dias de atraso no fornecimento, até o décimo dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no subitem 14.3.2;

14.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial do objeto do Contrato de natureza média;

14.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial ou total do objeto do Contrato, pelo seu não recebimento, ou por qualquer outro inadimplemento contratual de natureza grave, sem justificativa, ou com justificativa não aceita pela EMDEC.

14.4. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para recorrer da penalidade aplicada, de acordo com o disposto no artigo 83 §1º da Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações.

14.4.1. Se indeferido o recurso, a CONTRATADA deverá recolher o valor da multa aplicada na Tesouraria da EMDEC, no prazo de até 05 (cinco) dias, após comunicada do resultado.

14.4.2. Caso não sejam recolhidos no prazo os valores devidos pela CONTRATADA relativos às multas, eles serão descontados dos pagamentos, e/ou serão tomadas as providências judiciais cabíveis.

14.4.3. Em caso de existência de garantia apresentada pela CONTRATADA, se a multa aplicada for superior ao valor desta, além da sua perda, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMDEC ou cobrada judicialmente.

14.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

14.6. As penalidades serão aplicadas mediante regular procedimento administrativo, com exceção da advertência que poderá ser aplicada nos autos do PALC - Processo Administrativo de Licitações e Contratos.



CENTRO NORTE - SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS

CNPJ - Nº. 09.525.549/0001-74
IE - Nº. 697.149.240.115

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 525, Bloco B
CEP: 17.626-899 (Caixa Postal 105) – Tupã/SP
(14) 99870-0267 / 99637-1551 / 3722-1420
licitacao@cnsinalizacao.com.br

À

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS – EMDEC – SP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025
PROTOCOLO Nº EMDEC.2024.00005703-73
MENOR PREÇO POR LOTE

PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL	CENTRO NORTE SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS		
CNPJ	09.525.549/0001-74	IE nº	697.149.240.115
ENDEREÇO	Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 525 CEP: 17.626-899 (Caixa Postal 105) – Tupã/SP		
TELEFONE, FAX, E-MAIL DA EMPRESA - E-MAIL DA LICITANTE PARA O ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO:	(14) 9.9870-0267 / 9.9637-1551 / 3722-1420 licitacao@cnsinalizacao.com.br SETOR DE LICITAÇÃO: (14) 99164 - 4706		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (Responsável assinatura do contrato)	MARCIA IDALINA REINATO FERRÃO		
IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL	13.341.059-6	NACIONALIDADE	Brasileira
		CPF:	074.535.708-32
ENDEREÇO, TELEFONE, FAX, E-MAIL DO REPRESENTANTE LEGAL	Rua Prefeito Dr. Antônio Condi, 699 – Centro – Agudos/SP (14) 9.9870-0267 / 9.9637-1551 licitacao@cnsinalizacao.com.br		
DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO DOS PAGAMENTOS	Banco do Brasil 001 – Agência: 0133 - Conta corrente: 21662-3		

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gradil para pedestre.

1. Conforme estipulado no item 10 e seus subitens do Edital e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, propomos:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO I – 700mm	CN SINAL	UN	45	R\$ 320,00	R\$ 14.400,00
02	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO II – 1650mm	CN SINAL	UN	135	R\$ 450,00	R\$ 60.750,00
03	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO III – 2850mm	CN SINAL	UN	34	R\$ 668,52	R\$ 22.729,68
VALOR TOTAL: R\$ 97.879,68 (noventa e sete mil oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos)						

www.centronortesinalizacao.com.br
Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP Km 523
Distrito Industrial III – Tupã (SP) - CEP: 17626-899



CENTRO NORTE - SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS

CNPJ - Nº. 09.525.549/0001-74

IE - Nº. 697.149.240.115

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 525, Bloco B

CEP: 17.626-899 (Caixa Postal 105) – Tupã/SP

(14) 99870-0267 / 99637-1551 / 3722-1420

licitacao@cnsinalizacao.com.br

LOTE 02						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO I – 700mm	CN SINAL	UN	15	R\$ 320,00	R\$ 4.800,00
02	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO II – 1650mm	CN SINAL	UN	45	R\$ 450,00	R\$ 20.250,00
03	GRADIL PARA PEDESTRE. Deve atender as especificações que se encontram no item 3.1. TIPO III – 2850mm	CN SINAL	UN	11	R\$ 668,52	R\$ 7.353,72
VALOR TOTAL: R\$ 32.403,72 (trinta e dois mil quatrocentos e tres reais e setenta e dois centavos)						

2. Declaramos, sob as penas da lei, que:

a) Nos preços propostos estão inclusos todos os custos, despesas, tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre os fornecimentos solicitados no Anexo I – Termo de Referência.

b) Esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, sendo que a desistência após a fase de habilitação, sujeitará o licitante às penalidades indicadas no item 12.20 do Edital.

c) Por ser de nosso conhecimento, atendemos e nos submetemos a todas as cláusulas e condições do Edital, relativas à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, e Decretos Municipais nº 14.218/03 e 14.602/04, que integram o presente ajuste.

d) O fornecimento atenderá integralmente às especificações do objeto descritas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

3. Prazo de validade da presente proposta: 90 (noventa) dias corridos.

DECLARAMOS estarmos enquadrados como Empresa de Pequeno Porte em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º;

DECLARAMOS nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, bem como o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

www.centronortesinalizacao.com.br
Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP Km 523
Distrito Industrial III – Tupã (SP) - CEP: 17626-899



CENTRO NORTE - SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS

CNPJ - Nº. 09.525.549/0001-74

IE - Nº. 697.149.240.115

Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 525, Bloco B

CEP: 17.626-899 (Caixa Postal 105) – Tupã/SP

(14) 99870-0267 / 99637-1551 / 3722-1420

licitacao@cnsinalizacao.com.br

DECLARAMOS o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, bem como que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos e para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta e todas as despesas relacionadas com o objeto da licitação e que estão incluídos nos preços propostos o, como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros e outras despesas decorrentes de exigência legal, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 § 1º da Lei nº 14.133/2021);

Tupã/SP, 10 de março de 2025.

MARCIA IDALINA REINATO Assinado de forma digital por MARCIA
IDALINA REINATO FERRAO:07453570832
FERRAO:07453570832 Dados: 2025.03.10 10:42:21 -03'00'

CENTRO NORTE – SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMERCIAL E SERVIÇOS

MARCIA IDALINA REINATO FERRÃO

RG: 13.341.059-6

CPF: 074.535.708-32

www.centronortesinalizacao.com.br
Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP Km 523
Distrito Industrial III – Tupã (SP) - CEP: 17626-899



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO**, Assistente Administrativo Júnior, em 03/04/2025, às 10:05, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUDMYLA ENACHEV NALIAGACA VOTA**, Assistente Administrativo Pleno, em 03/04/2025, às 10:15, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO FERRARO GECIAUSKAS**, Diretor(a) Administrativo e Financeiro, em 04/04/2025, às 14:57, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ISSA LIMA RIVERETE**, Diretor(a) Presidente, em 07/04/2025, às 16:50, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **14314492** e o código CRC **B5B540A9**.